

PRIMEIRA INFÂNCIA NA MÍDIA



FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI)

Coordenadora da Secretaria Executiva:

Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

Coordenadora-adjunta da Secretaria Executiva:

Ana Potyara Tavares

Gerente de Programas da Secretaria Executiva:

Eduardo Schwarz

Gerente de Comunicação da Secretaria**Executiva:** Luciana Abade

ANDI – COMUNICAÇÃO E DIREITOS

Diretora executiva:

Miriam Izabel Cordeiro (Pragita)

Diretora administrativa financeira:

Ana Potyara Tavares

Coordenação do Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância:

Diana Barbosa e Thais M. Gawryszewski

Coordenação de pesquisas e desenvolvimento:

Veet Vivarta

A ANDI exerce a função de Secretaria Executiva da RNPI no período de 2018 a 2021.

PESQUISA

Coordenação:

Diana Barbosa e Thais M. Gawryszewski

Pesquisadora Assistente:

Paula Gratão

Equipe de pesquisa:

Hermes Pena, Mariana Rodrigues, Natascha Borges, e Tarcísio Rozendo.

PARCERIA

Fundação Bernard Van Leer

PATROCÍNIO

Petrobras

Validação instrumento de pesquisa:

Aline Falco – Jornalista; Bruna Martins - Instituto Promundo; Cida Camarano – MIEIB; Maria Thereza Marcilio – Avante; Cláudia Vidigal – Fundação Bernard Van Leer; Ely Harasawa – Especialista; Nádia Martins Fagundes – Petrobras; Raquel Maldonado - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Rodrigo Laro – Instituto Promundo.

PUBLICAÇÃO

Redação:

Diana Barbosa, Paula Gratão e Thais M. Gawryszewski

Tratamento de Dados:

Diana Barbosa, Paula Gratão e Thais M. Gawryszewski

Design gráfico:

Gisele Rodrigues

APRESENTAÇÃO

Dados do Observa – Observatório do Marco Legal da Primeira Infância¹ demonstram que, em 2019, praticamente metade (48%) das crianças brasileiras de 0 a 5 anos se encontrava em situação de pobreza (renda domiciliar *per capita* de até ½ salário mínimo). Mais grave ainda, pouco menos de um quarto deste segmento etário (22%) vivia em famílias em situação de pobreza extrema (renda domiciliar *per capita* de até ¼ do salário mínimo). Dados adicionais, referentes ao mesmo ano, apontam que 42% das meninas e meninos nesta faixa de idade residiam em lares sem condições de saneamento básico e que 64% do grupo entre 0 e 3 anos não tinham acesso à creche.

Esses números revelam situações de elevada vulnerabilidade, que demandam ações articuladas do Poder Público e dos demais setores da sociedade. É nesse sentido que, assumindo como prioritário o papel do Estado na garantia de acesso a bens e serviços para todas as crianças, o Marco Legal da Primeira Infância estabeleceu um conjunto de diretrizes para a formulação de políticas públicas direcionadas à população de 0 a 6 anos. Promulgada em 2016, a legislação identifica as especificidades dos primeiros anos de vida como fator-chave para o desenvolvimento infantil – e com impactos que se refletirão diretamente sobre os destinos da sociedade como um todo.

Entre suas diretrizes, o Marco Legal evoca a participação dos meios de comunicação na formação de uma cultura de proteção à criança². Ao reconhecer na mídia um ator estratégico para a garantia de direitos da primeira infância, o documento se alinha ao entendimento das funções sociais atribuídas, em especial, ao conteúdo jornalístico, nas sociedades contemporâneas.

Nessa perspectiva, a imprensa é considerada vetor decisivo para a divulgação de informações de interesse público, na definição dos

temas prioritários para a agenda de legisladores e gestores e para assegurar visibilidade aos diversos pontos de vista presentes na esfera pública. Isto além de desempenhar papel determinante no acompanhamento e fiscalização dos processos de formulação e implementação das políticas públicas.

É precisamente esta abordagem que sustenta a realização, pela ANDI – Comunicação e Direitos, de análises quanti-qualitativas sobre a cobertura que meios de todo o país dedicam aos mais variados assuntos – com particular atenção aos direitos da infância e da adolescência. Produzidos desde 1996, esses estudos têm como objetivo contribuir para a construção de conhecimento sobre o campo jornalístico e, principalmente, incidir sobre o próprio cotidiano das redações, tendo a qualidade da informação e a garantia de direitos como princípios básicos.

O presente documento situa-se nessa linha de atuação e retoma as análises sobre a infância na mídia que marcaram anos de trabalho de excelência da ANDI. Desta vez, direciona-se o olhar para a maneira como 35 veículos noticiosos brasileiros, distribuídos em versão impressa e digital (*online*), comportam-se frente à cobertura de temas que afetam diretamente a situação das crianças entre 0 e 6 anos de idade.

O estudo é uma realização da ANDI – Comunicação e Direitos e da Rede Nacional Primeira Infância – RNPI, com patrocínio da Petrobras. Por meio dos resultados apresentados a seguir, esperamos apoiar de forma efetiva o trabalho de repórteres e editores na produção de um noticiário abrangente sobre as temáticas correlatas à primeira infância. Ao mesmo tempo, nosso objetivo é que o presente documento também se mostre útil às fontes de informação desses jornalistas, segundo uma perspectiva de corresponsabilidade no processo de construção das informações de interesse público.

1 <https://rnpiobserva.org.br/>.

2 Lei 13.257 de 8 de março de 2016, Art. 4º, IX

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi desenvolvida e consolidada pela ANDI ao longo de mais de 20 anos de monitoramento de mídia. Seus preceitos básicos partem da análise de conteúdo, que entre outros aspectos relevantes, permite:

- Sistematizar e descrever quantitativamente os conteúdos abordados.
- Identificar e quantificar a ocorrência de características específicas do trabalho jornalístico.
- Fazer inferências a respeito da mensagem e dos significados presentes na cobertura.

Nesse tipo de investigação, as informações explicitamente apresentadas nos textos são captadas e avaliadas a partir de um questionário semiestruturado. A análise de conteúdo detém-se àquilo que permite uma observação objetiva e cujos resultados podem ser numericamente apresentados.

UNIVERSO E PERÍODO DE ANÁLISE

O universo de análise compreende um conjunto de 31 jornais e quatro revistas. Esses veículos foram agregados em três categorias: diários de circulação regional ou local, diários de alcance nacional e revistas³. Os jornais regionais/locais e as revistas foram consultados na versão fac-símile dos conteúdos impressos. Já nos jornais de alcance nacional foi considerado o conteúdo digital disponibilizado nas versões *online* de cada um deles.

As matérias foram selecionadas por meio de uma ferramenta de busca eletrônica, a partir de palavras-chave relacionadas à primeira infância. O material localizado foi triado por pesquisadores treinados para selecionar as matérias que se adequassem aos seguintes critérios:

- Referência a crianças na primeira infância por meio da menção à idade ou à faixa etária de 0 a 6 anos.
- Referência a crianças na primeira infância por meio de palavras-chaves que se remetam a esse ciclo de desenvolvimento (Ex.: recém-nascido, bebê, criança pequena etc.).
- Referência a conteúdos que se remetem diretamente ao universo da primeira infância (Ex.: creche, pré-escola, amamentação, mortalidade infantil etc.).

Não foram selecionadas:

- Matérias cuja referência à primeira infância foi considerada totalmente lateral, com espaço em apenas uma ou duas linhas (respeitada a proporcionalidade do texto).
- Matérias com menos de 500 caracteres.

Os dados foram coletados entre os dias 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2019. Nos jornais diários, a pesquisa foi realizada com base em um modelo amostral, que selecionou um número específico de dias ao longo do período de análise e, dentro destes dias, as notícias sobre primeira infância. O modelo adotado foi a *semana composta*, que consiste na seleção aleatória de sete dias por mês ao longo do intervalo de tempo estudado, garantindo o equilíbrio entre os dias que compõem uma semana. Nas revistas, a pesquisa considerou todas as edições publicadas em 2018 e 2019.

³ A relação completa dos jornais e revistas monitorados pode ser consultada no Anexo I deste documento.

QUADRO GERAL DAS MATÉRIAS ANALISADAS

A amostra trabalhada contemplou um total de 3.118 notícias, sendo 1.404 publicadas em 2018 e 1.714 em 2019. Os jornais de circulação local/regional foram responsáveis pelo maior volume de matérias analisadas, 57%. A participação dos veículos de alcance nacional foi de 38%, enquanto as revistas registraram 5%.

Embora os jornais locais regionais se destaquem no cômputo total de textos publicados, a média de notícias por tipo de veículo demonstra que os cinco jornais de alcance nacional conferiram maior destaque às temáticas sobre primeira infância, com média de 117 notícias por ano, em cada veículo, nos dias que integram o universo amostral. Entre os periódicos locais/regionais essa média foi de 69 notícias.

Distribuição de notícias por tipo de veículo



Um dos elementos de análise foi a dimensão da cobertura sobre a primeira infância no texto jornalístico. A dimensão avalia o espaço concedido à primeira infância e aspectos correlatos no contexto da matéria. Esta variável permite observar em que medida os temas de interesse são abordados como questões centrais (dimensão alta), intermediárias (dimensão média) ou periféricas (dimensão mínima-média).

Os resultados indicam que na maior parte das matérias a primeira infância é um aspecto central, já que 44% delas apresentaram dimensão alta, com destaque para os jornais locais/regionais, onde esse percentual chega a 50%.

As demais notícias se dividem entre abordagens em que a primeira infância tem papel importante no fato ou tema reportado, embora não seja o foco central do debate (27%), ou é tratada de forma transversal (29%).

Conforme mencionado, as matérias cuja referência à primeira infância foi considerada totalmente lateral (dimensão mínima) não foram analisadas, mas representaram um quantitativo aproximado de 1.900 notícias, na soma dos 35 veículos monitorados.

Dimensão da cobertura sobre Primeira Infância (2018 e 2019)



1. ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

1.1. FOCO DA COBERTURA SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA

A cobertura sobre a primeira infância se concentra em três temas principais: saúde, violência e educação infantil.

Tópicos de saúde são os mais recorrentes, concentrando mais da metade das notícias dos jornais locais/regionais (53%) e cerca de um terço daquelas publicadas nas revistas (34%) e diários de alcance nacional (31%). Neste conjunto, são predominantes questões sobre saúde na primeira infância, mas também estão contemplados aspectos relativos à saúde materna – aquelas concernentes ao pré-natal, parto, puerpério e amamentação.

As matérias sobre violência contra a criança aparecem em segundo lugar, com 18% das notícias dos jornais de alcance nacional, 16% das revistas e 10% dos diários locais/regionais (para estes últimos, corresponde ao terceiro tema mais coberto).

Em seguida, aparecem os textos sobre educação infantil, representando cerca de 13% do total da amostra analisada, sem variações significativas nos índices registrados por cada tipo de veículo.

Com percentuais menos expressivos, as matérias sobre convivência familiar e comunitária e sobre parentalidade ocupam entre 4% e 5% do noticiário, nos três grupos de veículos. Outros temas, como acidentes, crianças com

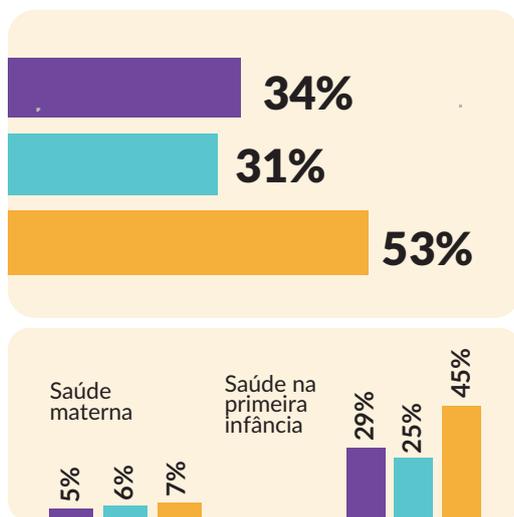
A análise detalhada desses três temas será destaque no documento com a segunda parte de nosso estudo.

pais ou mães no sistema prisional, pobreza/exclusão e arte/cultura desfrutam de menor espaço na cobertura sobre a primeira infância, sempre com índices abaixo de 5%, tanto nos jornais como nas revistas.

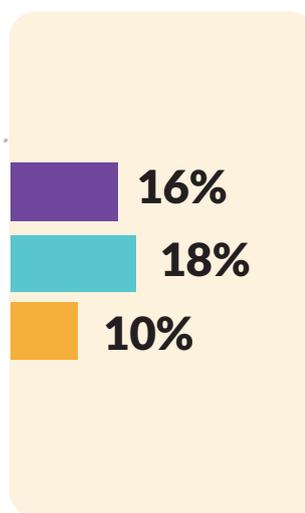
Foco central da cobertura sobre Primeira Infância, por tipo de veículo (2018 - 2019)

■ Revistas ■ Nacionais ■ Locais/regionais

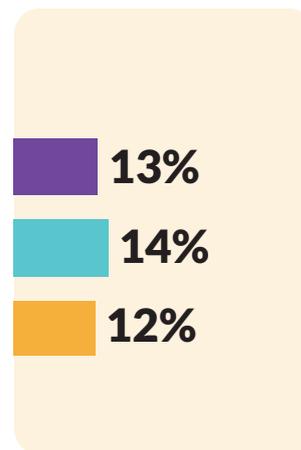
SAÚDE



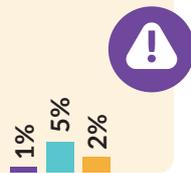
VIOLÊNCIA



EDUCAÇÃO INFANTIL



Acidentes



Convivência familiar e comunitária e parentalidade



Crianças com pais ou mães no sistema prisional



Pobreza e exclusão social



Arte e cultura direcionada à primeira infância



Brincar



Comportamento infantil



Segurança infantil no trânsito



* A questão permitia mais de uma marcação.

JUSTIÇA E PRIMEIRA INFÂNCIA

REFERÊNCIA AO HABEAS CORPUS COLETIVO 143.641, POR TIPO DE VEÍCULO (2018)

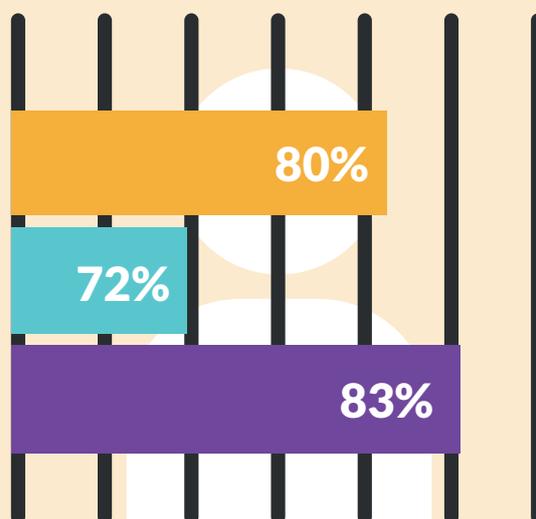
Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal proferiu julgamento em favor do Habeas Corpus 143.641. O HC concede a gestantes, puérperas e mães com crianças com até 12 anos de idade o direito à conversão de prisão preventiva em prisão domiciliar.

A cobertura dessa decisão e de seus desdobramentos na garantia de direitos das crianças de até 6 anos foi concentrada no ano de 2018, quando foram publicadas 98% das matérias – com o mês de fevereiro respondendo por 69% delas.

O HC foi mencionado em aproximadamente 3% do total de notícias selecionadas em 2018. Quando consideradas especificamente aquelas com foco central na proteção de crianças com pais e mães inseridos no sistema prisional, esse percentual sobe para 83% nos jornais regionais/locais, 80% nas revistas e 72% nos diários de alcance nacional.

Menção ao HC em matérias com foco central em crianças com pais e mães no sistema prisional

- Revistas
- Nacionais
- Locais/regionais



A maior parte das referências ao HC aborda questões relativas ao aprisionamento das crianças em função da prisão das mães. Em menor proporção, são consideradas a falta de estrutura nas unidades prisionais e a exceção da aplicação da norma para mulheres que tenham atentado contra seus filhos ou filhas.

1.2. TEMÁTICAS COM MENOR DESTAQUE NA COBERTURA

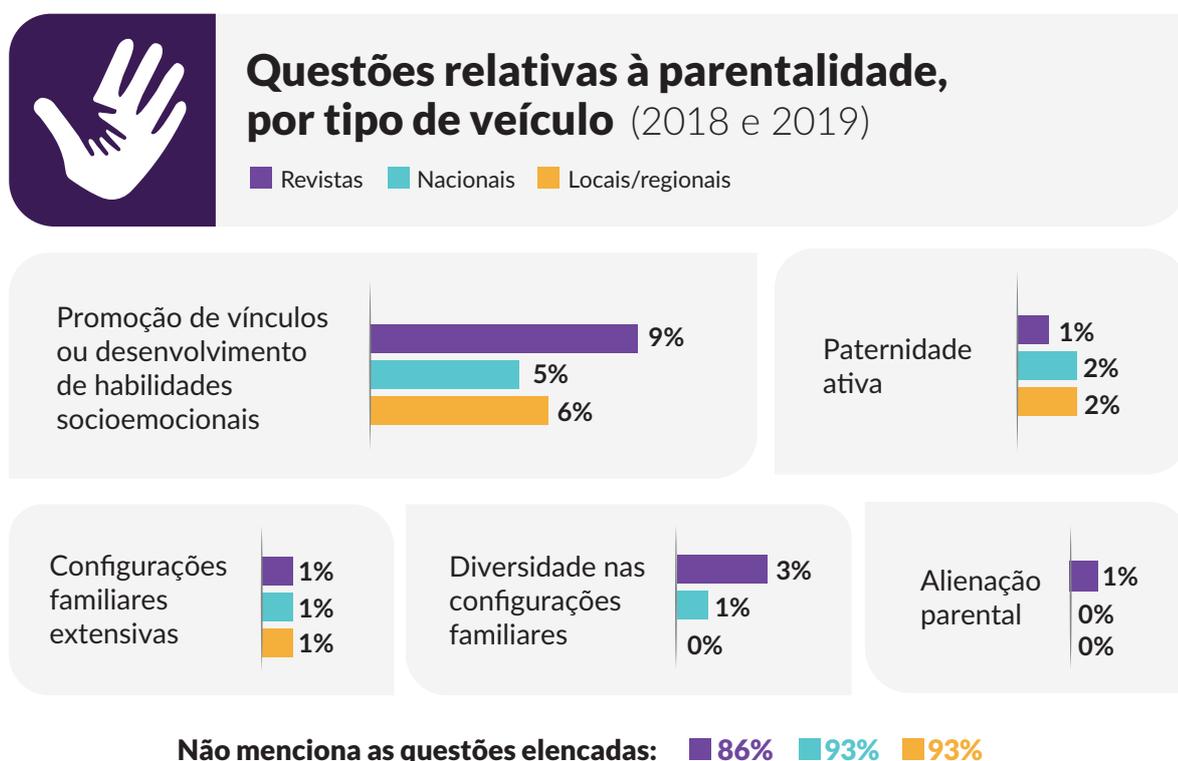
Parentalidade

O fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e de aspectos relativos à parentalidade traz a perspectiva da promoção do cuidado e da proteção social à criança. As matérias sobre essa temática são foco central da cobertura sobre primeira infância em 4% a 5% dos textos analisados, a depender do tipo de veículo monitorado.

Independentemente de apresentar-se como o foco central da notícia, o debate específico sobre parentalidade está presente em aproximadamente 8% da cobertura. Neste conjunto, a promoção de vínculos e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais são as abordagens mais recorrentes. Elas estão presentes em 9% das matérias de revistas, 5% daquelas de jornais de alcance nacional e em 6% das publicadas pelos diários locais/regionais.

Outras questões associadas à parentalidade ocupam menos espaço. O exercício ativo da paternidade, por exemplo, surge em 1% dos textos das revistas e em 2% daqueles veiculados nos diários.

Nas revistas, destaca-se a discussão sobre a diversidade nas configurações familiares, observada em 3% dos textos, temática menos frequente nos jornais de alcance nacional (1%) e nos diários locais/regionais (0,4%).



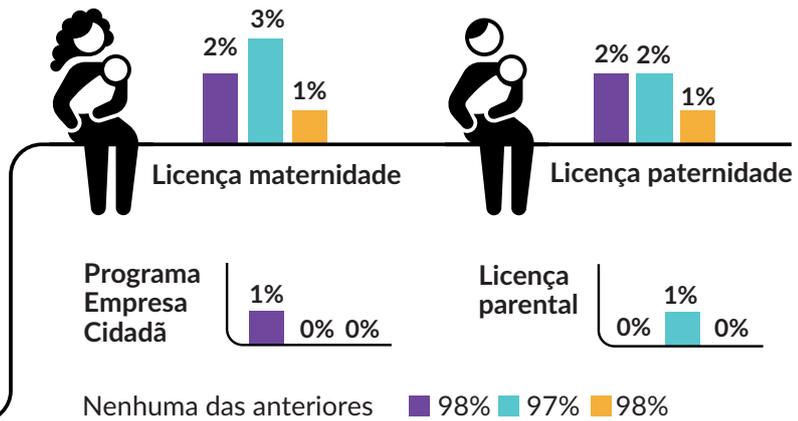
* A questão permitia mais de uma marcação.

A referência à licença maternidade varia entre 1% e 3% nos três grupos de veículos. Esses percentuais estão levemente acima dos alcançados pela licença paternidade, que se situa entre 1% e 2%. Apenas os jornais de circulação nacional mencionam a licença parental (compartilhada entre mães e pais), mas sem superar a marca de 1%.

No âmbito desta discussão, o Programa Empresa Cidadã tem maior presença nas revistas (1%), mostrando-se totalmente lateral nos jornais de alcance nacional (0,2%) e nos locais/regionais (0,4%).

Referência à licença maternidade e/ou paternidade, por tipo de veículo 2018 - 2019

■ Revistas
■ Nacionais
■ Locais/regionais



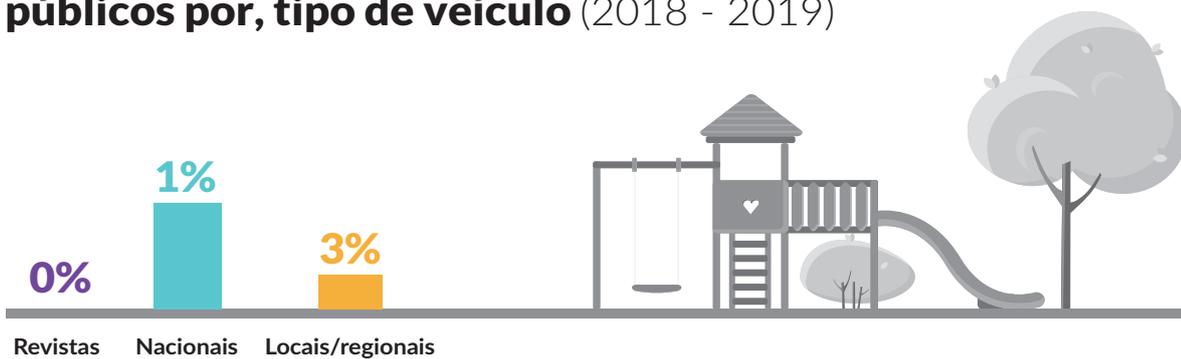
* A questão permitia mais de uma marcação.

A criança e a cidade

Entre os tópicos invisibilizados na cobertura está a utilização dos espaços públicos e sua adequação às necessidades das crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Essa temática apresenta-se como o foco central da discussão sobre primeira infância em menos de 1% das matérias analisadas, com índices equivalentes a 1% nos jornais de alcance nacional e de 0,4% nos locais/regionais, com nenhuma referência nas revistas, considerando a amostra selecionada para o estudo.

Os números apresentam um leve aumento quando consideradas todas as menções relativas à utilização dos espaços públicos para a primeira infância, identificadas em 1% das matérias publicadas em jornais de alcance nacional e em 3% daqueles dos diários locais/regionais.

Questões relativas à utilização dos espaços públicos por, tipo de veículo (2018 - 2019)



Primeira infância e comunicação

Os avanços e constantes inovações trazidas pela era digital apresentam novos desafios à relação entre infância e comunicação. Apesar da atualidade do tema e da sua importância no debate sobre o desenvolvimento infantil, a exposição das crianças às telas não alcança expressão na cobertura noticiosa sobre a primeira infância. Nos três grupos de veículos, essa temática é mencionada em

não mais que 10% dos textos analisados. Ela é mais frequente nas revistas, chegando ao patamar de 8%, enquanto nos diários o índice é de aproximadamente 3%.

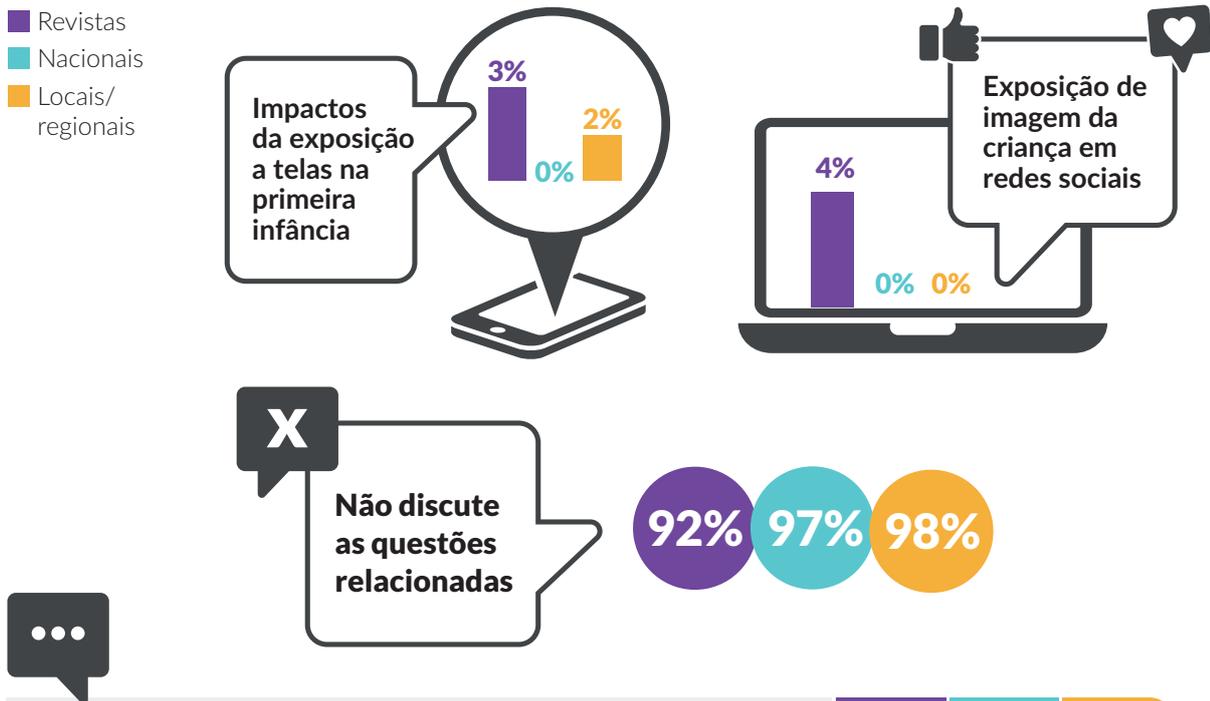
O impacto da exposição precoce a telas e a exposição da imagem de crianças em redes sociais somam 3% e 4% das matérias publicadas pelas revistas, respectivamente. Nos demais veículos esses números são mais baixos. Destaque apenas para os jornais de circulação locais/regionais, que mencionam os impactos da exposição precoce às telas em 2% das matérias analisadas.

As revistas também concentram o debate sobre uso de dados de crianças para fins comerciais (2%). Em contrapartida, não consideram questões relativas à publicidade infantil e a outras formas de comunicação comercial dirigida à criança. Estes temas são cobertos de maneira lateral pelos demais veículos, com percentuais equivalentes a 0,3%.

A temática do trabalho artístico infantil na mídia é considerada em 1% dos textos de revistas. Já o debate sobre a classificação indicativa para conteúdos audiovisuais a partir da faixa etária está ausente dos três tipos de veículos.

* A questão permitia mais de uma marcação.

Questões relativas à infância e comunicação, por tipo de veículo (2018 e 2019)



	Revistas	Nacionais	Locais/regionais
Publicidade infantil e outras formas de comunicação comercial dirigida à criança	0%	0%	0%
Qualidade do conteúdo direcionado a crianças menores de 6 anos	0%	0%	0%
Trabalho infantil artístico na mídia	1%	0%	0%
Uso de dados de crianças para fins comerciais	2%	0%	0%
Classificação indicativa	0%	0%	0%

2. ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO DA NOTÍCIA

O estudo revela que as estatísticas são utilizadas com relativa recorrência na cobertura sobre a primeira infância, se sobressaindo entre outros elementos de qualificação do texto jornalístico, como a menção à legislação vigente e às políticas públicas.

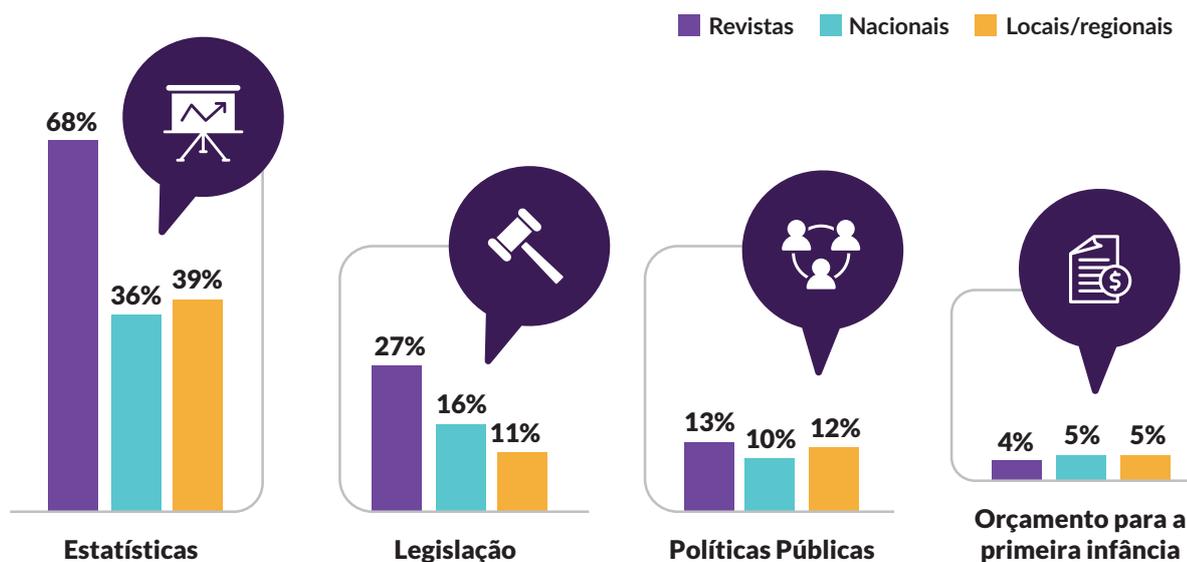
Há, no entanto, diferenças significativas entre diários e revistas nesse quesito. Estas últimas destacam-se, especialmente, na citação a estatísticas (68%) e marcos legais (27%). Os jornais de alcance nacional e locais/regionais, inseridos em um modelo mais dinâmico e imediato de produção de notícias, apresentam resultados mais aproximados entre si, bem menos expressivos do que os registrados pelas revistas.

- A referência a estatísticas é de 36% nos diários de circulação nacional e de 39% nos locais/regionais.
- A menção a leis e a outros documentos normativos somam 16% e 11% dos textos veiculados nos jornais de âmbito nacional e nos locais/regionais, respectivamente.

As políticas públicas, centrais para o debate sobre a efetivação dos direitos das crianças, estão presentes em aproximadamente 10% da amostra analisada: 13% das matérias de revistas, 10% daquelas de diários de alcance nacional e 12% das publicadas por jornais locais/regionais.

Entre os elementos analisados, o orçamento para a primeira infância é o que recebe menor atenção das redações. Provavelmente por ser um tema mais árido, as informações de caráter orçamentário não ultrapassam a marca de 5% dos textos.

Elementos de qualificação, por tipo de veículo (2018-2019)



*A questão permitia mais de uma marcação.

FONTES ESTATÍSTICAS

As estatísticas oficiais, divulgadas por órgãos do Poder Público, são as mais acessadas pela imprensa. As fontes de dados vinculadas ao Poder Executivo Federal têm particular relevância, alcançando índices de 12% (jornais de alcance nacional), 14% (diários regionais/locais) e 16% (revistas). O Ministério da Saúde se destaca no conjunto dos órgãos governamentais, especialmente nos veículos de circulação diária, com percentuais que variam entre 8% e 11%.

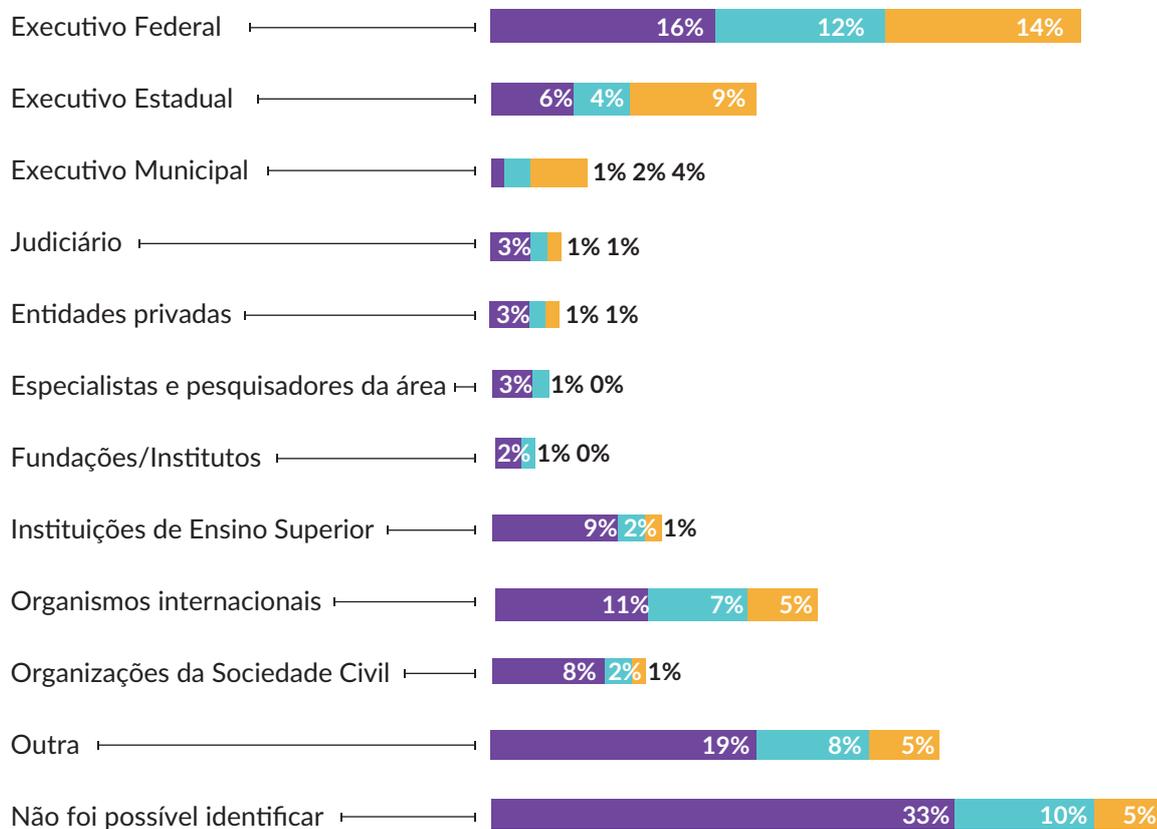
Estatísticas divulgadas pelo Poder Executivo Estadual são mais comuns nas coberturas dos jornais locais/regionais (9%), quando comparadas aos diários de âmbito nacional (4%) e às revistas (6%). A mesma tendência é observada para os dados provenientes dos Executivos Municipais.

Os Organismos Internacionais também se mostram relevantes na divulgação de dados sobre primeira infância, registrando presença em uma média de 16% dos textos, nos três tipos de veículos. As Organizações da Sociedade Civil e as Instituições de Ensino Superior se sobressaem como fontes de dados estatísticos nas revistas (8% e 9%, respectivamente), mas são pouco acessadas por jornais diários (2% e 1%, respectivamente).

Destaca-se ainda a proporção de matérias em que a fonte estatística não foi identificada: 33% nas revistas, 10% nos jornais de alcance nacional e 5% nos jornais locais/regionais.

Fontes estatísticas, por tipo de veículo (2018 e 2019)

■ Revistas ■ Nacionais ■ Locais/regionais



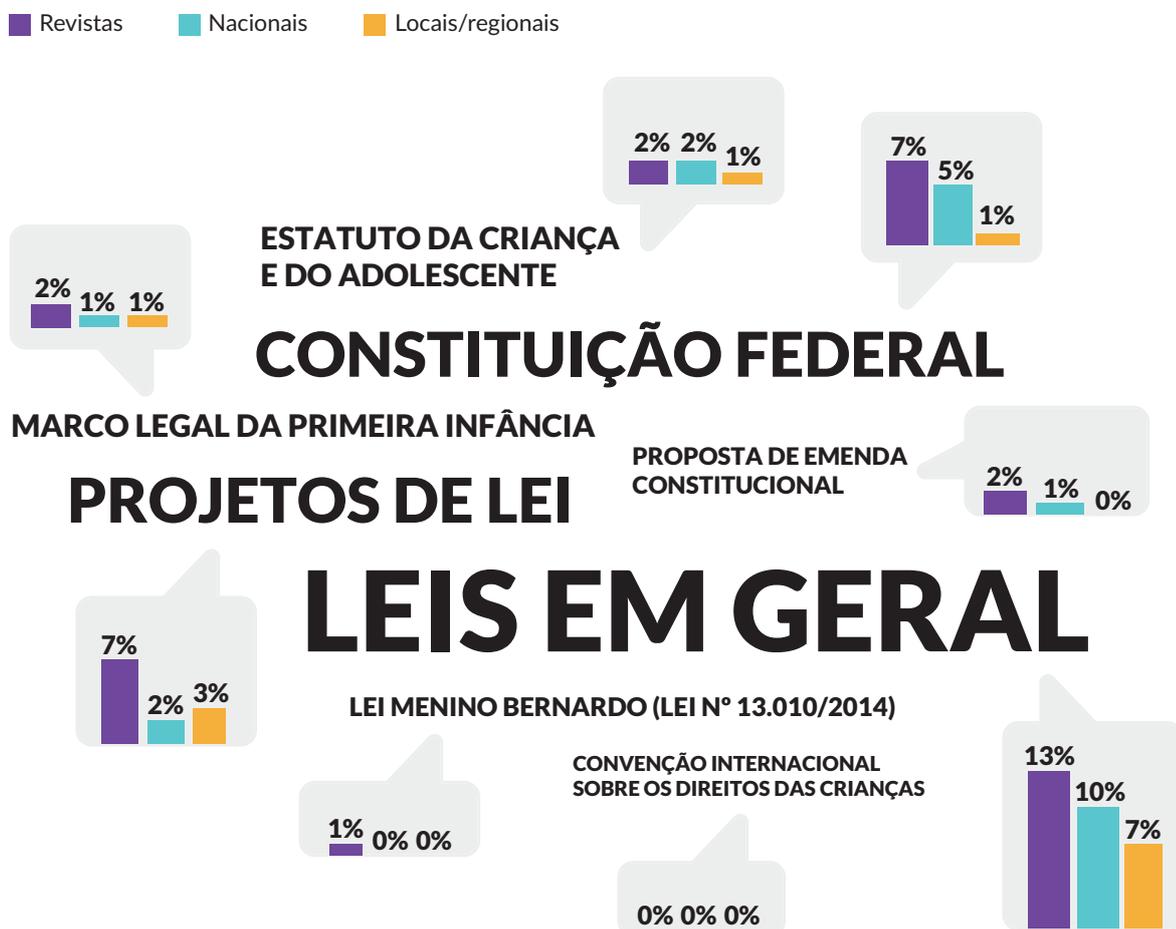
* A questão permitia mais de uma marcação.

LEGISLAÇÃO

A Constituição Federal é a referência legal mais utilizada na cobertura sobre primeira infância, presente em 7% dos textos de revistas e em 5% daqueles de jornais de alcance nacional. Já nos diários locais/regionais, o índice não passa de 1%.

Documentos importantes no arcabouço que trata especificamente da garantia dos direitos dos segmentos etários mais jovens, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13257/2016), desfrutam de pouco espaço no noticiário, com índices que variam entre 1% e 2%. Por sua vez, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças é uma ausência importante na cobertura de todos os três grupos de veículos.

Leis mencionadas, por tipo de veículo (2018 e 2019)



* A questão permitia mais de uma marcação.

* Não considera matérias sobre questões internacionais.

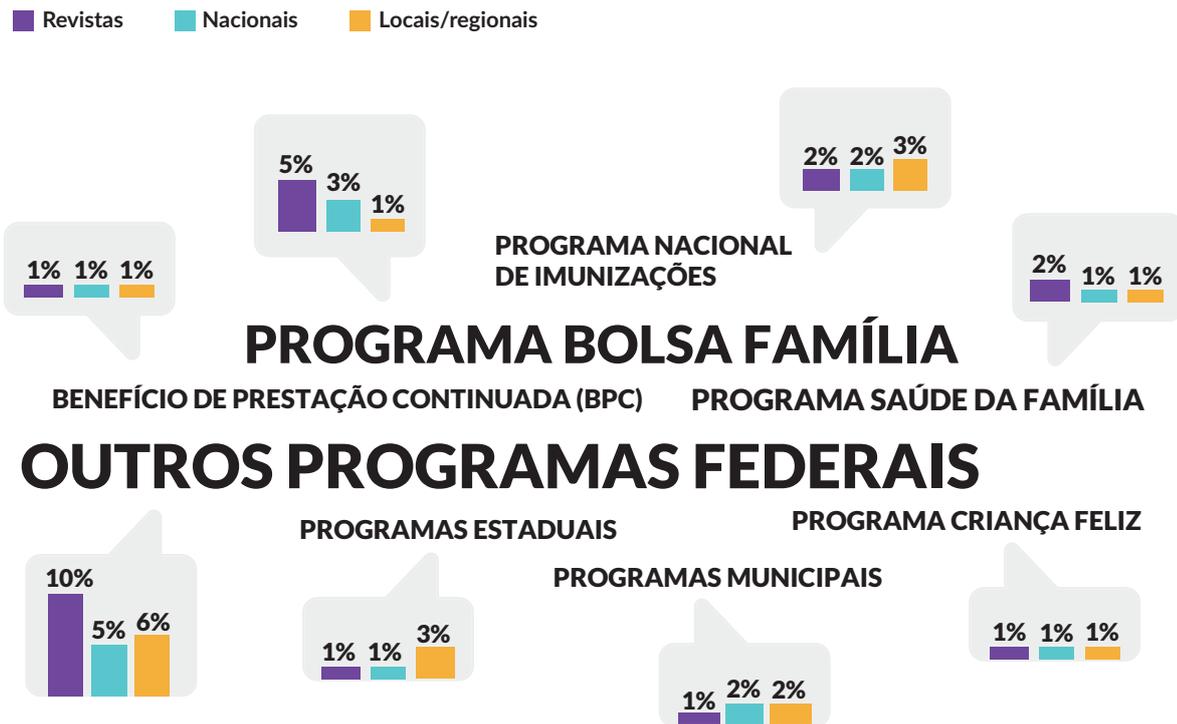
POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa Bolsa Família, o Programa Nacional de Imunizações e o Programa Saúde da Família são as políticas públicas mais associadas às narrativas sobre primeira infância.

Entre estas três importantes estratégias de atenção à criança, o Bolsa Família é a mais mencionada nas revistas (5%) e nos jornais de circulação nacional (3%). Nos diários locais/regionais, o Programa Nacional de Imunizações se destaca, com 3%.

Outros programas de relevância implementados pelo Governo Federal também são citados em notícias de revistas (10%), diários de alcance nacional (5%) e jornais regionais/locais (6%). Nestes últimos, se destaca ainda a referência a programas estaduais (3% das matérias) – aspecto menos frequente nas revistas e nos diários de âmbito nacional (1%).

Políticas mencionadas, por tipo de veículo (2018 e 2019)



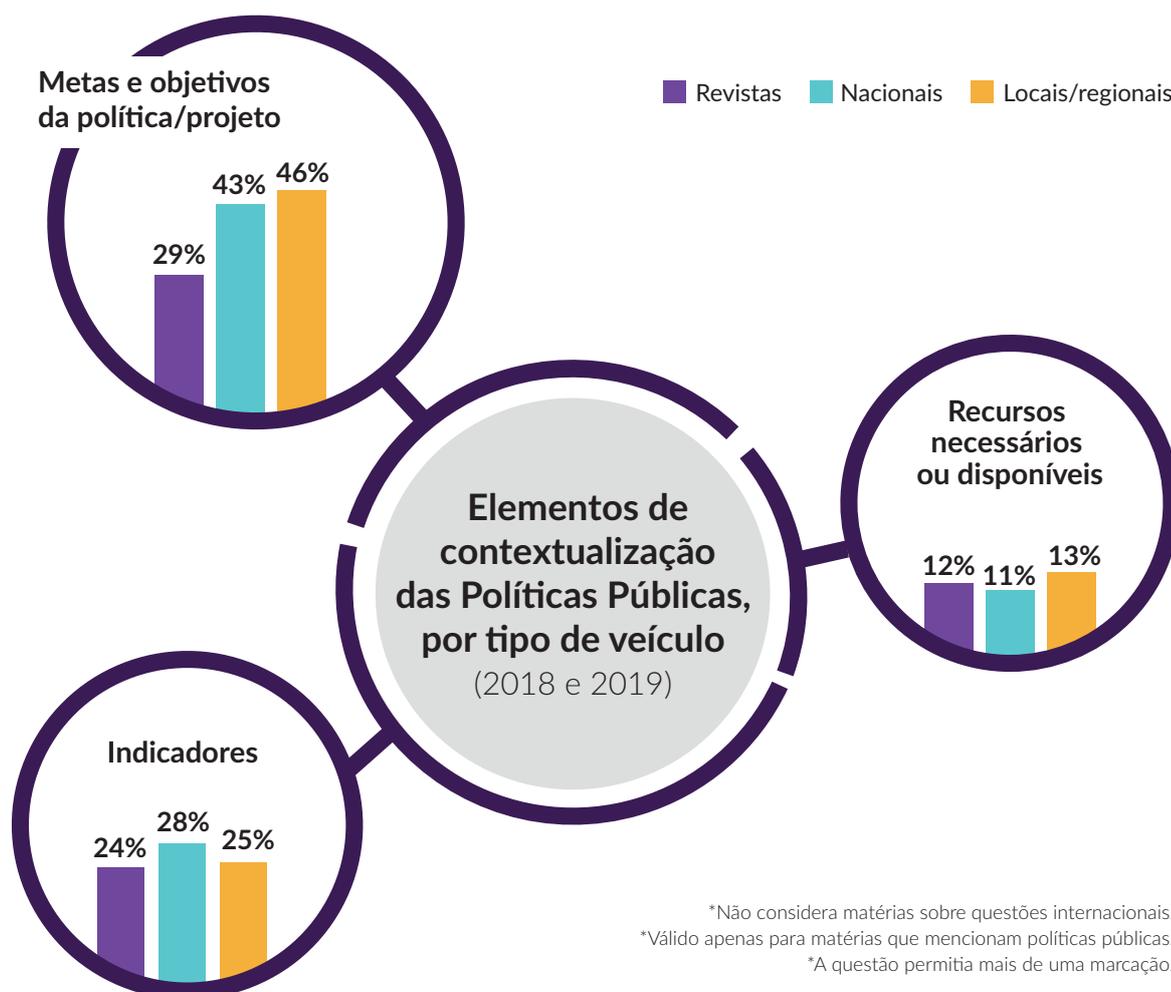
* A questão permitia mais de uma marcação.

* Não considera matérias sobre questões internacionais.

Ao mencionar políticas públicas, pouco mais de 40% das matérias de jornais e de 29% das publicadas em revistas informam sobre metas e objetivos. Por sua vez, os indicadores relacionados a essas políticas ajudam a contextualizá-las em cerca de um quarto dos textos, nos três grupos de veículos.

Recursos necessários ou disponíveis para implementação dos programas são menos abordados. Eles estão presentes em cerca de 12% das matérias que mencionam políticas públicas, sem grandes variações entre jornais e revistas.

Vale notar que os textos referentes ao Programa Nacional de Imunizações se destacam na menção às metas e objetivos (60%) e aos indicadores (53%) associados à política.



3. FONTES CONSULTADAS

A cobertura sobre primeira infância confere lugar de destaque aos familiares das crianças, personagens que tendem a contribuir, com seus relatos pessoais, para o processo de construção da notícia. Os familiares são consultados em 31% das matérias de revistas e em aproximadamente 25% daquelas veiculadas pelos diários.

Outro grupo recorrente é o de especialistas, também mais expressivo nas revistas (28%) do que nos demais veículos (17%). O caráter técnico ou científico das falas destes especialistas se soma ao das fontes acadêmicas, representadas em 21% das notícias de revistas, mas registrando patamares bem mais baixos nos jornais de circulação nacional e nos locais/regionais (entre 6% e 8%).

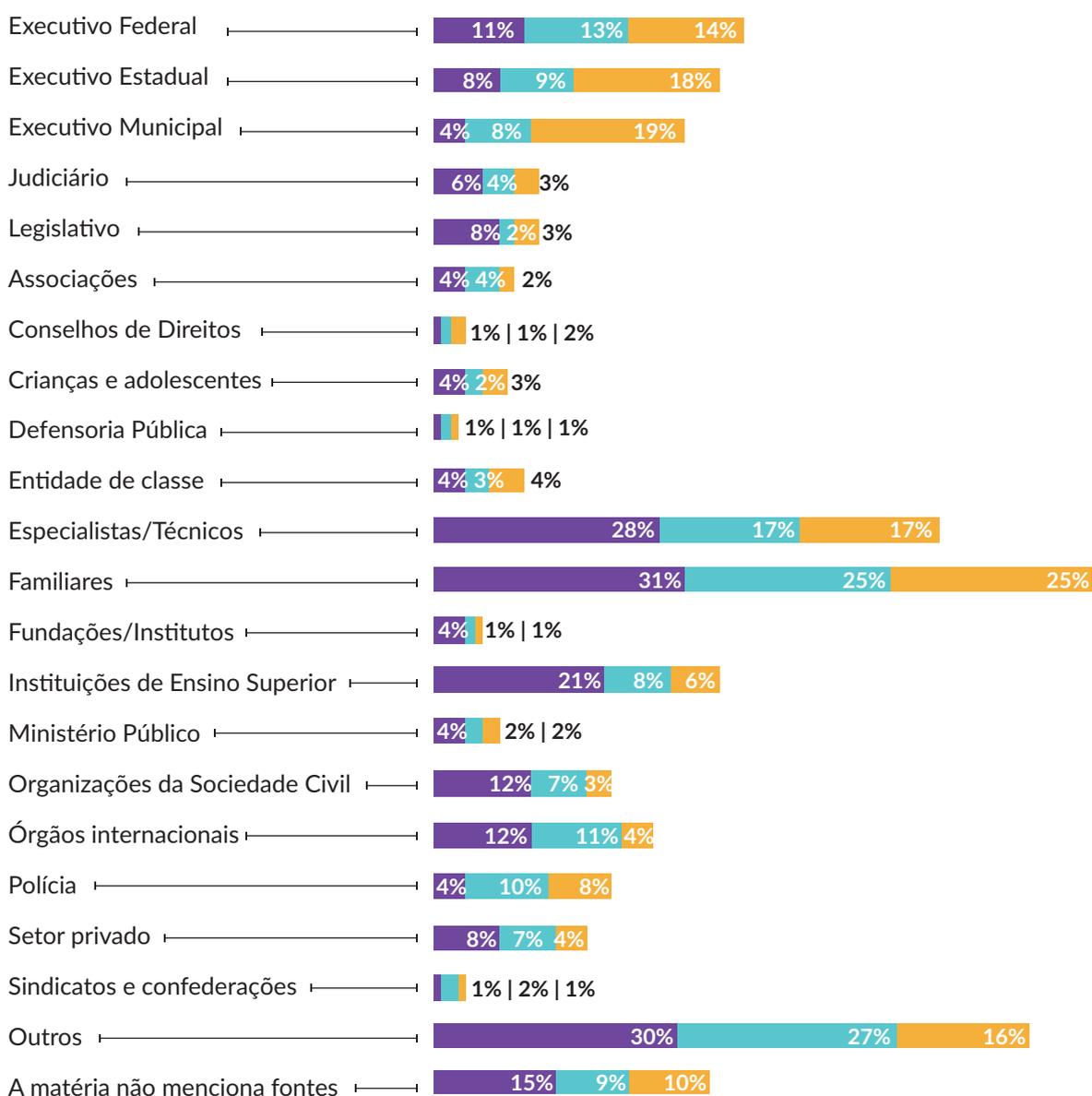
Organizações da Sociedade Civil e Organismos Internacionais ocupam espaços semelhantes de fala, ambos obtendo mais expressão nas revistas, com cerca de 12%. Os números são menores entre os diários de alcance nacional (entre 7% e 11%, respectivamente) e jornais locais/regionais (3% e 4%).

Entre os órgãos do Poder Público, destacam-se os integrados à estrutura do Governo Federal (pontuando entre 11% e 14%). Mas nos veículos locais/regionais, as fontes vinculadas aos executivos estaduais e municipais se sobressaem, com índices de 18% e 19%, respectivamente.

Em 15% das notícias de revistas, as fontes consultadas não foram explicitadas, número que cai para 9% nos jornais. E mais da metade (53%) das matérias analisadas valeram-se de mais de uma fonte na construção das suas narrativas, sendo que nas revistas esse percentual atinge 62%.

Fontes ouvidas, por tipo de veículo (2018 e 2019)

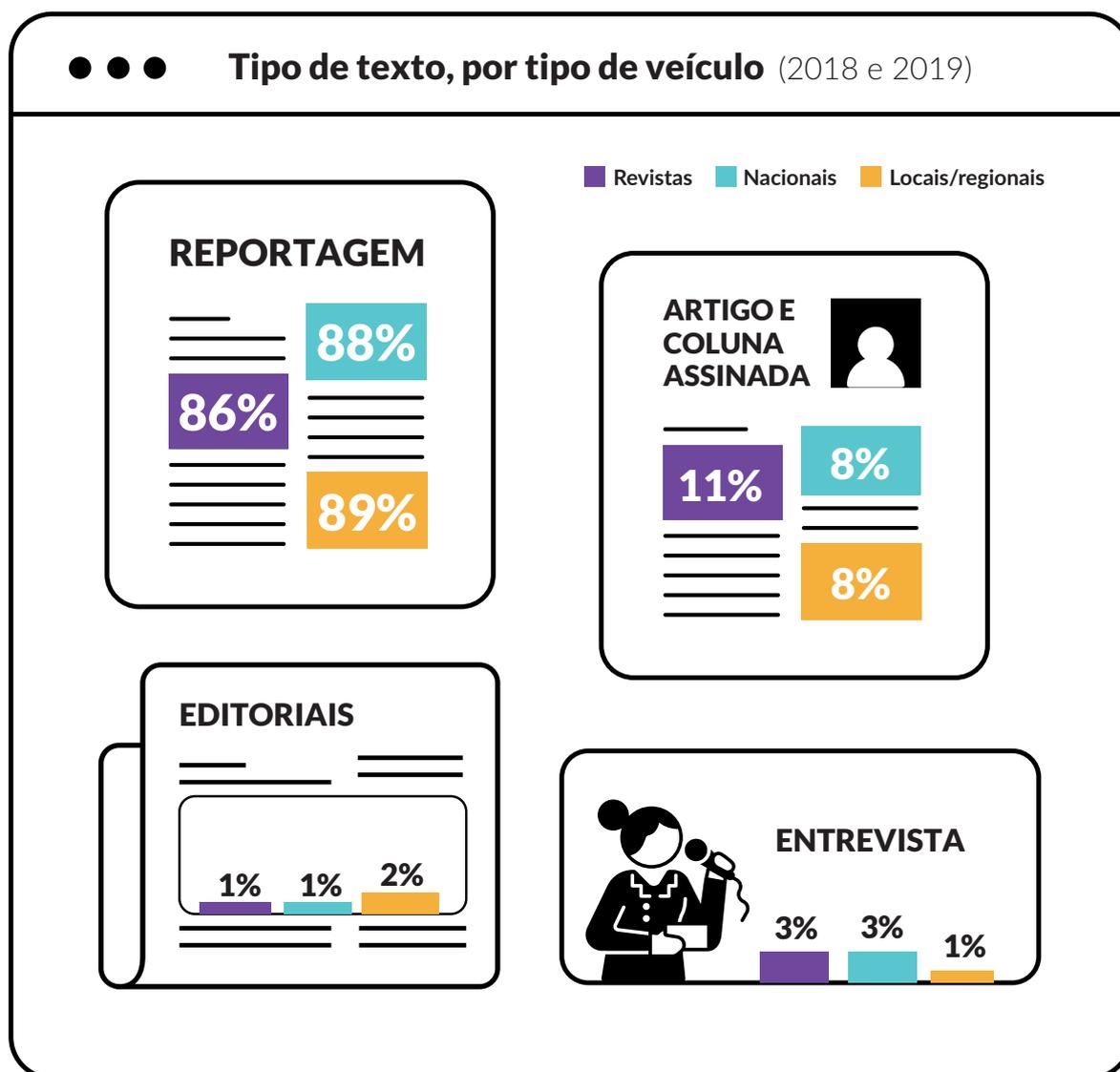
■ Revistas ■ Nacionais ■ Locais/regionais



* A questão permitia mais de uma marcação.

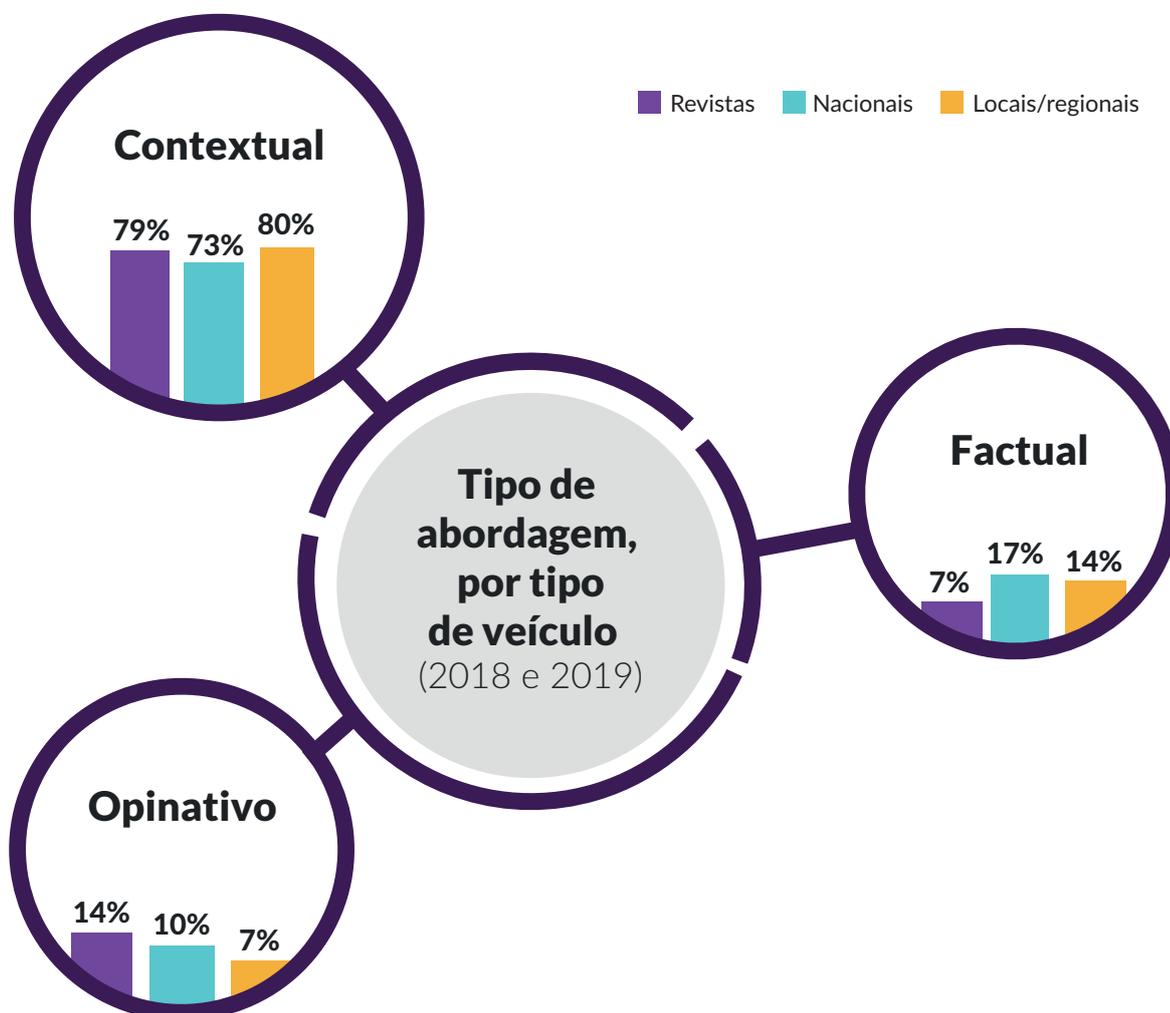
4. QUESTÕES JORNALÍSTICAS

As reportagens correspondem à maior parte do universo analisado, em patamares superiores a 80%, independentemente do tipo de veículo. Textos opinativos, como artigos e colunas assinadas, variam entre 8% e 11% do total. Os editoriais, que refletem a opinião dos veículos de imprensa, equivalem a 2% da cobertura dos jornais locais/regionais, mas não ultrapassam a marca de 1% nos diários de circulação nacional e nas revistas.



A maior parte dos textos analisados – entre 73% e 80% –, assume uma característica contextual, trazendo informações que facilitam o entendimento do leitor sobre o tópico em foco. Já os textos opinativos, que fazem uma avaliação valorativa de determinado fato ou assunto, apresentando opiniões ou recomendações, chegam a 14% nas revistas, número que se reduz para 10% e 7% nos jornais de alcance nacional e nos locais/regionais, respectivamente.

Por fim, as matérias factuais – que se restringem à descrição de um fato ou assunto objetivo e imediato – contam com maior participação na cobertura dos jornais locais/regionais (14%) e nos de circulação nacional (17%). Como seria de esperar, representam fatia bem menor das notícias veiculadas nas revistas: apenas 7%.



PARTE II

DESTAQUES DA COBERTURA SOBRE PRIMEIRA INFÂNCIA:

Saúde, Educação e Violências

1. SAÚDE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Conforme já vimos, o debate sobre saúde é predominante na cobertura sobre a primeira infância. Na média dos três tipos de veículos monitorados neste estudo, o tema surge como foco central em 44% dos textos analisados. Se somadas as narrativas em que a saúde é mencionada, embora não se configure como o aspecto principal do conteúdo reportado, o índice sobe para 56%, contabilizando 1.750 textos.

O resultado revela uma ampla repercussão das questões relacionadas ao bem-estar físico, mental e social das crianças. Alinhado ao entendimento de que a saúde é um conceito abrangente, contemplando múltiplos aspectos, o noticiário apresenta uma diversidade de temas correlatos à saúde na primeira infância.

Neste universo, a vacinação se sobressai como uma das temáticas mais recorrentes. Impulsionada pela cobertura das campanhas de imunização do público de 0 a 6 anos, ela é citada em 21% dos textos de revistas e de jornais de circulação nacional, enquanto nos diários locais/regionais aparece em cerca de um terço (33%) das matérias analisadas.

A saúde materna, incluindo a atenção ao parto e ao pré-natal, registra maior presença nos jornais de alcance nacional (31%). Mas também garante espaço significativo no conteúdo dos veículos locais/regionais (24%) e das revistas (22%).

O aleitamento materno e outras questões relativas à alimentação e nutrição da criança contam com maior destaque na cobertura de revistas, com índices equivalentes a 17% e 19%, respectivamente. Nos demais veículos, a marca atingida por essas duas categorias é bem mais baixa, oscilando entre 12% e 13%.

Merece atenção também o espaço concedido à mortalidade infantil (até 1 ano de idade) ou na infância (até 4 anos de idade), especialmente nas revistas, onde o tema é mencionado em 18% dos textos.

Outros tópicos, como as condições de oferta dos serviços de saúde (infraestrutura, acesso e qualidade), também estão presentes no noticiário sobre saúde na primeira infância, embora com índices menos expressivos, não superiores a 8% nos três grupos de veículos.

Temas de saúde, por tipo de veículo (2018 e 2019)

■ Revistas ■ Nacionais ■ Locais/regionais



	Revistas	Nacionais	Locais/regionais
Infraestrutura e recursos	4%	6%	8%
Qualidade do serviço de saúde	2%	6%	6%
Acesso aos serviços de saúde	7%	2%	6%
Atenção à saúde de crianças com deficiência	4%	3%	5%
Doenças raras	6%	2%	2%
Saúde mental	1%	2%	2%

* % calculado sobre o total de matérias que abordaram temas de saúde na primeira infância. A questão permitia mais de uma marcação.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é o segundo tema mais frequente na cobertura sobre a primeira infância, constituindo-se como foco central de 13% de todos os textos analisados – como tema transversal, aparece em outros 6%. Foram registradas 602 notícias com referência à educação infantil na amostra selecionada (19% do total). Neste conjunto, a menção à creche se sobressai, se comparada ao foco na pré-escola.

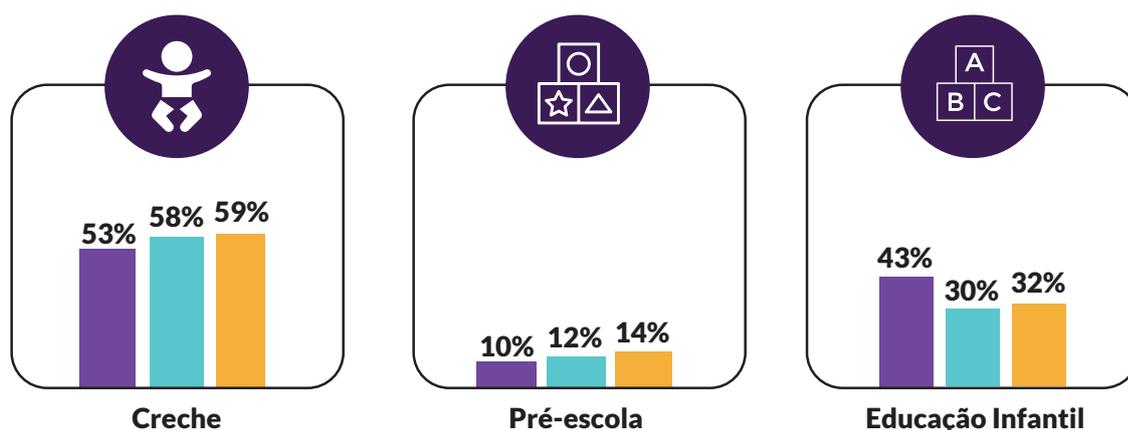
As especificidades no atendimento às crianças de até 3 anos em creches públicas e particulares são consideradas em mais da metade das narrativas sobre a educação infantil, em todos os três

grupos de veículos – nos jornais locais ou regionais, o tema é tratado em nada menos de 59% das matérias. Já a pré-escola, voltada ao público de 4 e 5 anos, é contemplada em menos de 15% dessa cobertura.

Referências gerais à educação infantil, sem a especificação de elementos que permitam identificar a fase de ensino, ocorrem em mais de 30% dos textos, com o índice chegando a 43% nas revistas.

Etapas de ensino, por tipo de veículo (2018 e 2019)

■ Revistas ■ Nacionais ■ Locais/regionais



* % calculado sobre o total de matérias que abordaram temas de educação infantil. A questão permitia mais de uma marcação.

As condições de acesso se destacam entre as temáticas abordadas. Presente em 60% das notícias de revistas, os aspectos relativos à disponibilidade ou ausência de vagas oscilam entre 29% e 34% nos veículos diários.

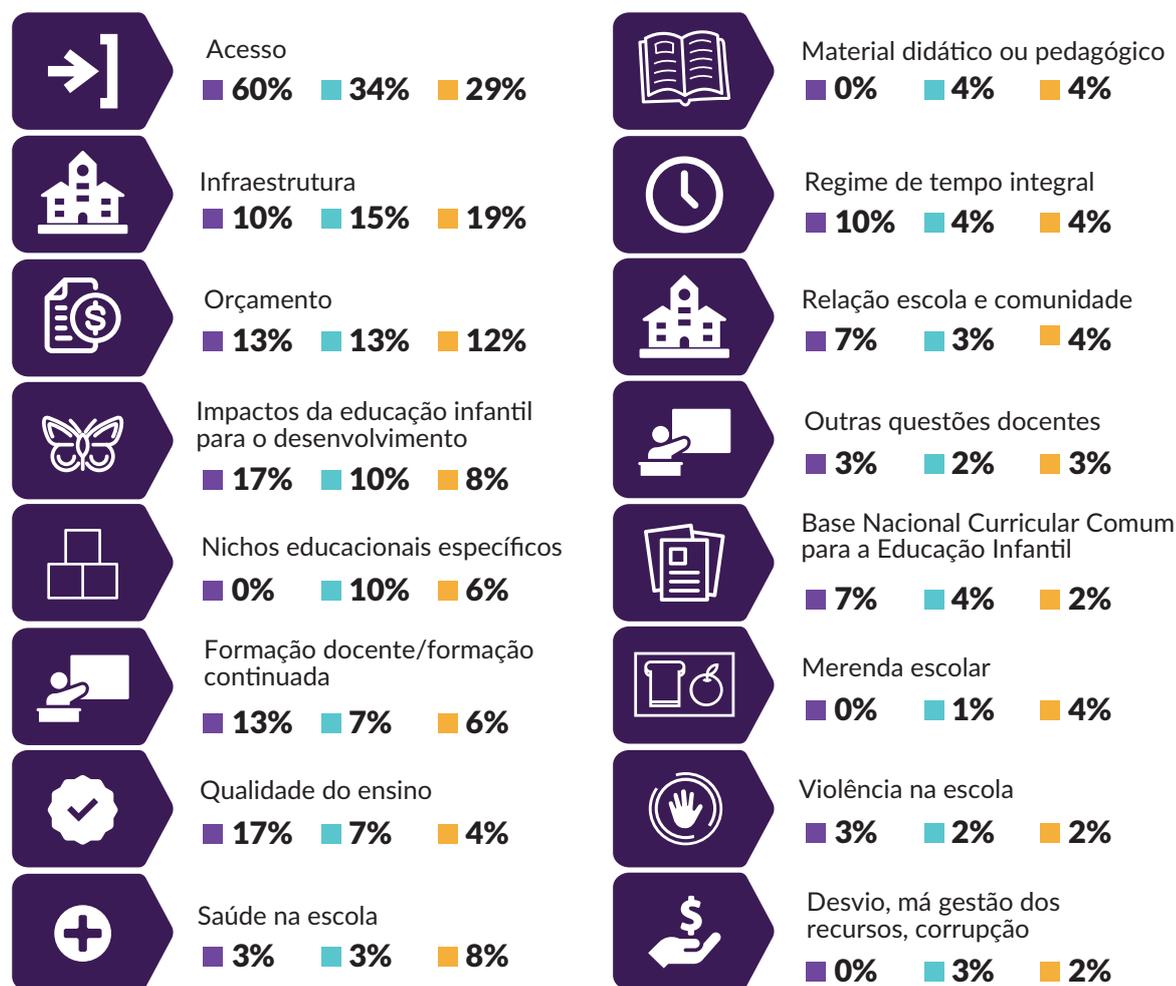
Reflexões sobre as condições das instalações físicas das instituições de ensino infantil surgem em 19% das matérias de jornais locais/regionais, em 15% daquelas de diários de alcance nacionais e em 10% das publicadas por revistas. Já o financiamento público da educação infantil ocupa entre 12% e 13% da cobertura de jornais e revistas.

Ampliando o debate, as revistas chamam a atenção para a qualidade do ensino em 17% de seus textos, em contraste com os diários, onde os percentuais variam entre 4% e 7%.

Mencionam-se ainda as reflexões sobre os impactos da educação infantil para o desenvolvimento da criança em 17% das matérias de revistas – novamente em patamar superior ao encontrado nos diários de alcance nacional e locais/regionais, que somam 10% e 8%, respectivamente.

Temas de educação, por tipo de veículo (2018 e 2019)

■ Revistas ■ Nacionais ■ Locais/regionais



* % calculado sobre o total de matérias que abordaram temas de educação infantil. A questão permitia mais de uma marcação.

3. VIOLÊNCIAS CONTRA A CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A violência é o foco central de 13% das notícias sobre primeira infância. O índice sobe para 17% quando somadas as matérias em que as violações contra crianças entre 0 e 6 anos são apenas mencionadas, contabilizando 527 textos no total.

De acordo com a Lei 13.431/2017, são formas de violência contra crianças e adolescentes a violência física, a violência psicológica, a violência sexual e a violência institucional, sendo esta última praticada por instituições públicas ou privadas. A análise da cobertura apresenta diferenças importantes na abordagem desses fenômenos, quando comparados jornais e revistas. Enquanto estas dedicam mais espaço à violência institucional, os diários destacam a ocorrência de homicídios, agressões físicas, violências de cunho sexual e negligências.

No conjunto específico das matérias que abordam as violências contra a criança na primeira infância, a violência institucional corresponde a um terço (32%) do noticiário das revistas. Nos jornais de circulação nacional, o tema é o segundo mais frequente (25%). Já nos veículos locais/regionais, essa categoria perde espaço para outras violações, se limitando a 8% do noticiário.

Os casos de homicídio – tentado ou consumado – se sobressaem nos jornais diários, com índices que variam entre 27% e 22% das matérias sobre violência, ocupando menos espaço nas revistas (11%). A violência física é a segunda mais recorrente nos jornais locais/regionais (20%) e a terceira entre os de alcance de nacional (18%), caindo, novamente, à marca de 11% nas revistas.

A violência sexual – que inclui o abuso, a exploração, a pornografia infantil e o tráfico de crianças e adolescentes para fins sexuais –, se somam aos casos de negligência e abandono na relação de violações mais abordadas. Para ambos os problemas, os índices mais expressivos são registrados pelos jornais locais/regionais, com 20% e 18%, respectivamente. Embora em patamares mais baixos do que o observado nos jornais locais/regionais, ainda assim a violência sexual se configura como o segundo tipo de violação mais recorrente nas revistas (13%).

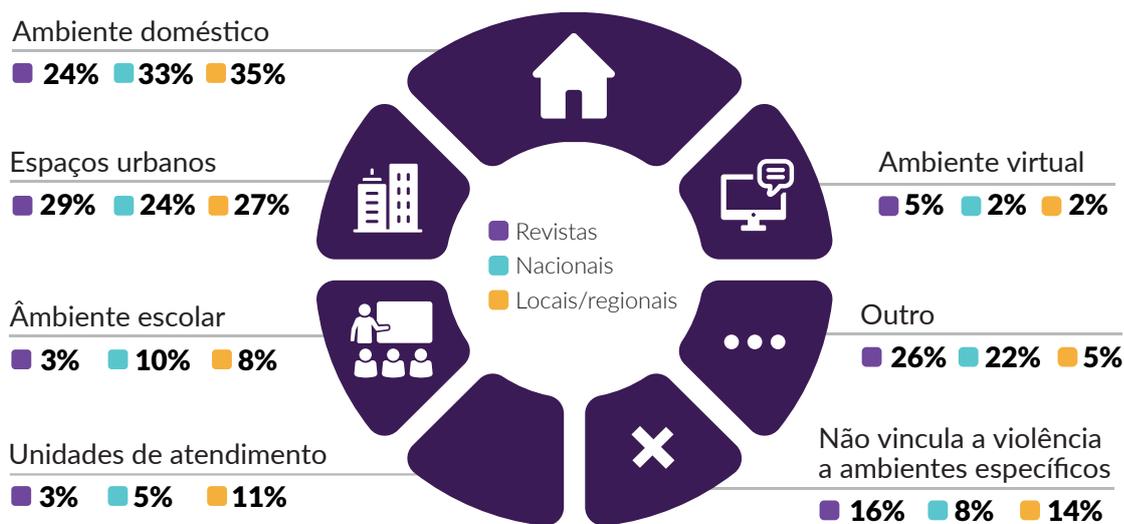
Violências praticadas contra a criança na primeira infância, por tipo de veículo (2018 e 2019)



* % calculado sobre o total de matérias que mencionaram violência contra a primeira infância. A questão permitia mais de uma marcação.

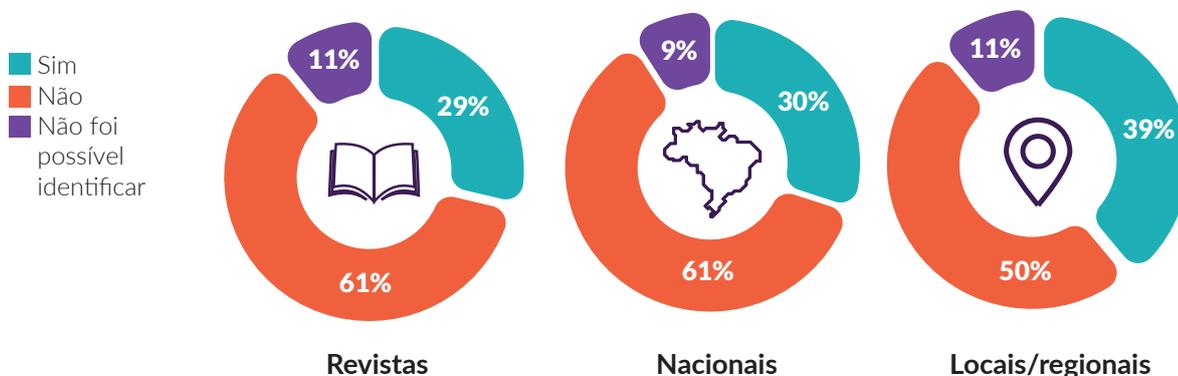
Outro ponto analisado é o local em que as violências são praticadas. Observa-se que em cerca de um terço das matérias de jornais de circulação nacional (33%) e dos locais/regionais (35%), a violência reportada ocorre em um ambiente doméstico. Esses dados condizem com os percentuais referentes ao vínculo do agressor com a criança, pois as narrativas indicam que a violência foi praticada por algum familiar em cerca de 30% dos textos de revistas e de diários de alcance nacional, índice que chega a 39% nos locais/regionais.

Local da violência, por tipo de veículo (2018 e 2019)



* % calculado sobre o total de matérias que mencionaram violência contra a primeira infância. A questão permitia mais de uma marcação.

Violência doméstica, por tipo de veículo



* % calculado sobre o total de matérias que mencionaram violência contra a primeira infância. A questão permitia mais de uma marcação.

4. ELEMENTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

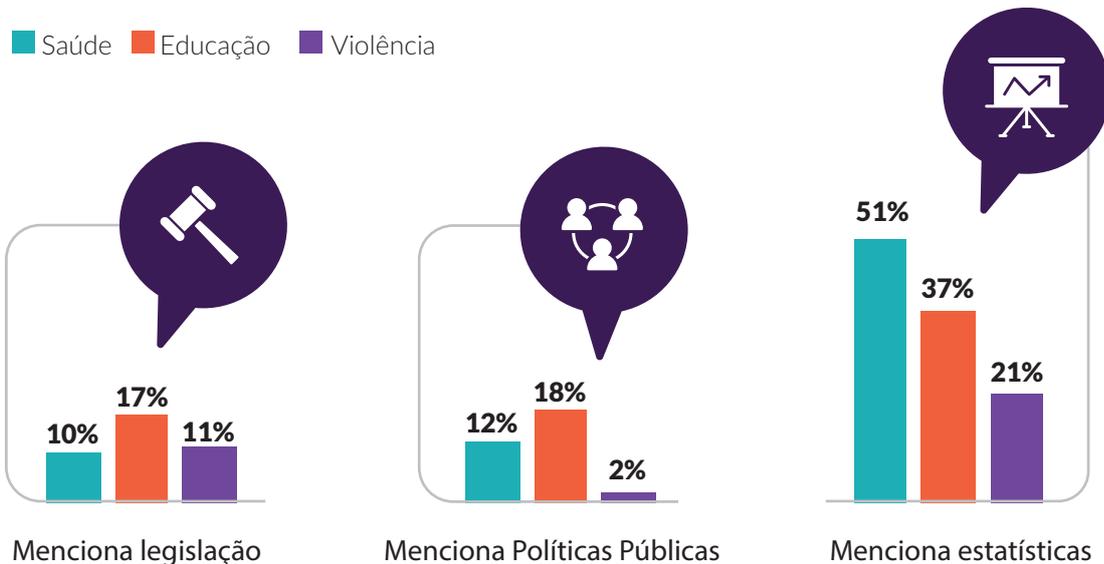
As referências às políticas públicas, à legislação vigente e aos indicadores estatísticos já foram mencionadas na primeira parte deste documento como recursos importantes de qualificação do conteúdo jornalístico. Nesse sentido, a leitura comparada das matérias sobre saúde na primeira infância, sobre educação infantil e sobre violência contra a criança revela convergências e particularidades na abordagem de cada temática.

A principal convergência está na utilização de dados estatísticos em parte significativa do noticiário. Eles são mais expressivos na cobertura de saúde, onde superam a marca de 50% dos textos. Nas matérias sobre educação e violências há uma redução nos percentuais, que de toda forma ainda permanecem em patamares relevantes – 37% e 21%, respectivamente.

As políticas públicas são mais frequentes nas notícias sobre educação infantil (18%). Nos textos sobre saúde na primeira infância, são mencionadas em 12% do total. E na cobertura sobre violências registra-se grave lacuna: os programas implementados por órgãos estatais são considerados apenas lateralmente, sem ultrapassar a marca de 2% das matérias analisadas.

No debate sobre a educação infantil, a referência aos marcos legais também se sobressai (17%), quando comparada aos outros temas: nos textos sobre saúde e violências, a menção à legislação registra índices de 10% e 11%, respectivamente.

Elementos de qualificação da notícia, por tema (2018 e 2019)

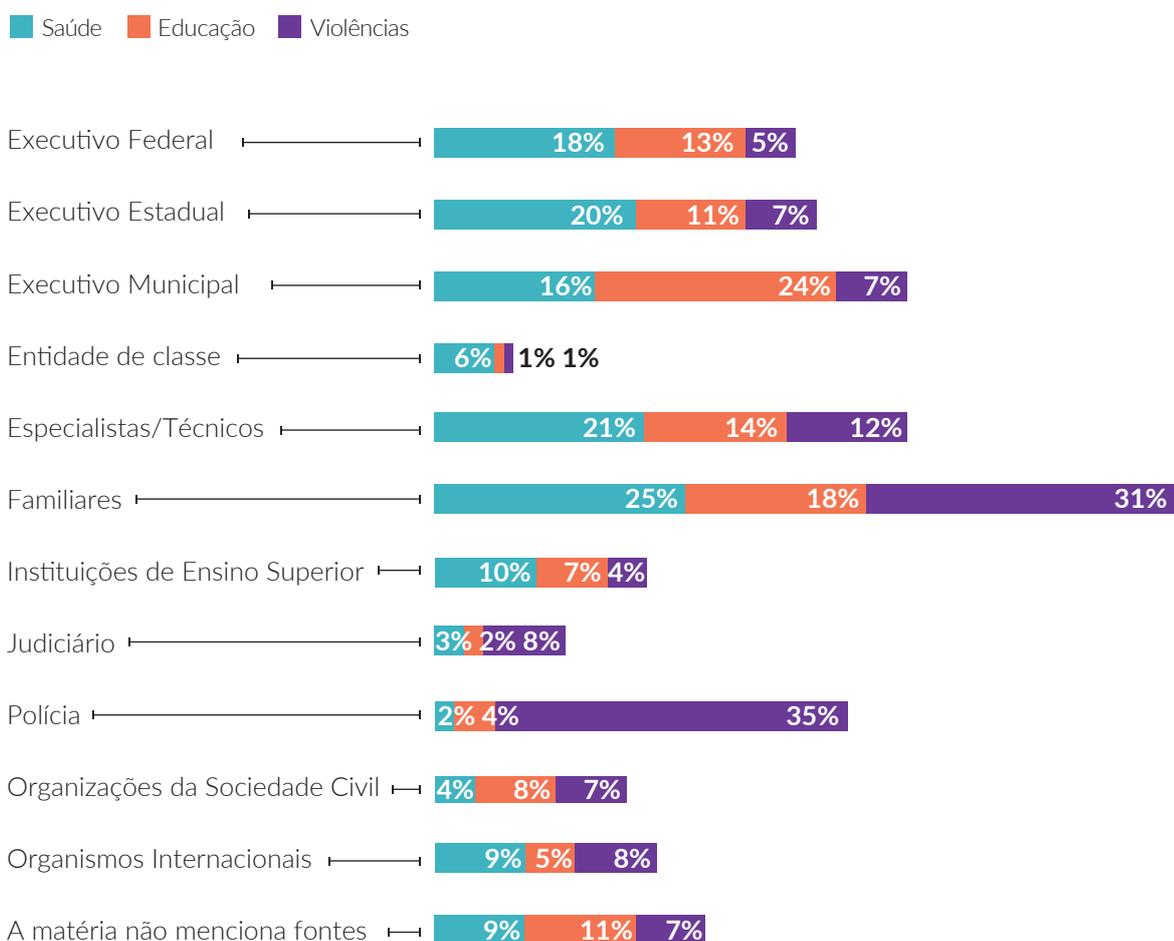


Na comparação entre os três temas, a cobertura sobre violências demonstra um caráter mais factual, ou seja, apresenta menos elementos de contextualização dos fatos e temas tratados. Esta leitura é reforçada pela análise das fontes de informação consultadas para elaboração das notícias.

Enquanto as fontes oficiais têm maior espaço de fala nas matérias sobre saúde e educação, as notícias sobre violências recorrem em maior medida às fontes policiais, ouvidas em 35% dos casos. Na saúde, as falas do Executivo Federal e do Estadual se equilibram, marcando 18% e 20%, respectivamente. Já na educação, o Executivo Municipal se sobrepõe às outras esferas (24%). Este dado é um reflexo da divisão de responsabilidades entre os entes federados na implementação da educação infantil, que confere papel prioritário aos municípios na oferta de vagas para esta etapa.

Seguindo a tendência geral, já identificada na primeira parte do estudo, os familiares se destacam como fontes ouvidas na abordagem dos três temas. Eles são consultados em 25% das notícias sobre saúde, em 18% daquelas sobre educação e em 31% das que focam em violências.

Fontes consultadas, por tema (2018 e 2019)



A questão permitia mais de uma marcação.

ANEXO I

Relação de Veículos

Revistas	
1	Revista Carta Capital
2	Revista Época
3	Revista IstoÉ
4	Revista Veja
Jornais Nacionais	
5	Nacional Correio Braziliense
6	Nacional Folha de S.Paulo
7	Nacional O Estado de S. Paulo
8	Nacional O Globo
9	Nacional Valor Econômico
Jornais locais/regionais	
10	A Crítica - Manaus-AM
11	A Gazeta-MT
12	A Tarde-BA
13	A Tribuna-ES
14	Agora São Paulo-SP
15	Correio de Sergipe-SE
16	Correio do Estado-MS
17	Diário Catarinense-SC
18	Diário do Amapá-AP
19	Diário do Nordeste-CE
20	Diário do Pará-PA
21	Estado de Minas-MG
22	Folha de Boa Vista-RR
23	Folha de Londrina-PR
24	Gazeta de Alagoas-AL
25	Jornal de Brasília-DF
26	Jornal do Commercio-PE
27	Jornal Pequeno-MA
28	Meio Norte-PI
29	O Dia-RJ
30	O Estado do Maranhão-MA
31	O Liberal-PA
32	O Popular-GO
33	O Povo - Ceará-CE
34	Tribuna do Norte - Natal-RN
35	Zero Hora-RS

OBSERVA

Observatório do Marco
Legal da Primeira Infância



Realização:



Em parceria com:



Patrocínio:

